

PROJETO DE LEI Nº 02 /2024.

DE, 10 DE JANEIRO DE 2024.

"ALTERA O PISO SALARIAL PROFISSIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS, BEM COMO O ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 532/2014 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TALISMÃ, Estado do Tocantins **Sr. DIOGO BORGES DE ARAÚJO COSTA**, nos termos da Emenda Constitucional nº 120, de 05/05/2022 etc., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 64, incisos I, III e V da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal **APROVA** e eu **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a conceder o piso salarial nacional aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, conforme estipulado pela Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, regulamentada pela Portaria GM/MS Nº 2.109, de 30 de junho de 2022, expedida pelo Ministério da Saúde.

§ 1º O piso salarial de que trata o caput será no valor de R\$ 2.824,00 (dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais) mensal, de acordo com o valor do incentivo financeiro federal de custeio.

§ 2º A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei será integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias participação nas atividades de planejamento e avaliação de ações, de detalhamento das atividades, de registro de dados e de reuniões de equipe.

§ 3º Fica alterado o anexo I da Lei Municipal nº 532/2014 bem como suas alterações posteriores.



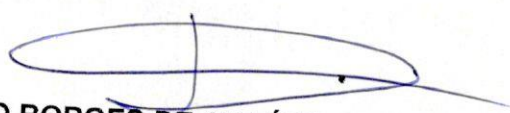
CÂMARA MUNICIPAL DE TALISMÃ - TO
PROTOCOLADO Nº 21.433
DATA: 18 / 01 / 2024

Art. 2º O valor para atender as despesas decorrentes da presente lei será repassado na forma de Assistência Financeira Complementar da União aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Combate a Endemias – ACE e Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACS e ACE, proporcional ao número de Agentes cadastrados pelos gestores dos Municípios no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES que cumprirem os requisitos previstos na Lei.

Art. 3º Fica igualmente autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, quando aprovado nas instâncias superiores matéria acerca do objeto, ou seja, do piso nacional da classe, por meio de Decreto, alterar o **piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias**.

Art. 4º Revogando-se as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao mês de janeiro de 2024.

PALÁCIO MUNICIPAL DE TALISMÃ DR. MOSANIEL FALCÃO DE FRANÇA, Estado do Tocantins, Gabinete do Prefeito, 10 (dez) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024).



DIOGO BORGES DE ARAÚJO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo, **MENSAGEM DE JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSIÇÃO**.

MENSAGEM DE JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

Colenda Câmara,
Sr. Vereador-Presidente,
Demais vereadores,

Nossos cumprimentos,

Estamos encaminhando à V.Exa., para apreciação dessa respeitável Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei o qual **“Altera o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias, bem como o anexo I da Lei Municipal nº 532/2014 e suas alterações posteriores.”**, passando de R\$ 2.604,00 (Dois mil, seiscentos e quatro reais) mensal para 2.824,00 (Dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais) mensal.

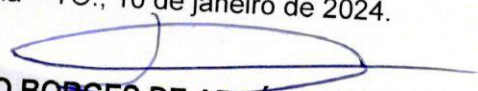
O referido valor é determinado pela Emenda Constitucional nº 120, promulgada em 05 de maio de 2022, regulamentada pela PORTARIA GM/MS Nº 2.109, DE 30 DE JUNHO DE 2022, do Ministério da Saúde, que fixa o valor do incentivo financeiro federal de custeio referente ao Agente Comunitário de Saúde - ACS e de Agente de Combate às Endemias – ACE, no corrente ano, ou seja, 2024, a ser pago a partir de janeiro /2024, não inferior a 02 (dois) salários mínimos vigentes na nação.

Assim, diante do reajuste estabelecido pela União se faz necessária à atualização do piso salarial dos ocupantes dos referidos cargos Municipais.

Desta forma, reafirmando o compromisso desta Gestão de assegurar aos colaboradores Municipais o cumprimento efetivo da Emenda Constitucional alhures, solicito a Vossa Excelência, que na tramitação do presente Projeto de Lei, seja observado o **regime de urgência** (art. 68 da LOM – Lei Orgânica Municipal).

Contando com a aprovação do projeto pelos Ilustres Vereadores, antecipamos nossos cumprimentos e renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Talismã – TO., 10 de janeiro de 2024.


DIOGO BORGES DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal